

CUNHA, Luiz Antonio, org. **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. 160 p.

A obra é uma coletânea de textos apresentados em simpósio da III Conferência Brasileira de Educação, realizado a 15 de outubro de **1984**, em Niterói (RJ), além de outros já publicados anteriormente ou ainda inéditos, cujo conteúdo complementa os primeiros.

Na apresentação, Cunha ressalta a linha orientadora que permeia os textos, qual seja a de afirmação da escola pública como exigência da democratização do ensino. Nesse sentido, alinha-se àqueles que propugnam, tanto no Brasil como no exterior, a universalização do acesso das massas ao saber socialmente produzido. Alerta, no entanto, para o fato de que o engajamento da obra nessa luta não implica adesão ao monopólio do ensino pelo governo.

Vários textos detêm-se numa questão decisiva para balizar tomadas de posição dos defensores da democratização do ensino. Trata-se do papel a ser desempenhado pela Igreja Católica, cuja tradição de compromisso com a educação escolar remonta ao século XVI, quando os jesuítas instalaram suas **escolas de ler e escrever** no Brasil.

Cunha aponta outra questão que, embora não constitua foco de análise em nenhum dos textos desta coletânea, considera importante por sua progressiva expansão em número de fiéis hoje: é a das igrejas protestantes, caracterizadas por um extremado conservadorismo moral e pela tendência à militância na política direitista.

As braçadas de restrições que os protestantes fizeram à **liberdade de ensino** reclamada pelos privatistas, no auge do debate em torno da **Lei de Diretrizes e Bases** — mais por temerem que a hegemonia da Igreja Católica sufocasse, na prática, a ampliação do espaço para o protestantismo — estiolaram-se graças ao ecumenismo pós-conciliar, que

promoveu a aproximação entre a igreja protestante e a católica.

Chama a atenção, ao final da apresentação, para alguns textos que, buscando informar o debate sobre a questão escolar no Brasil de hoje bem como filiar-se à luta pela igualdade de acesso ao ensino, dão destaque à articulação da luta em defesa do ensino público com a luta pela democratização do Estado.

Guiomar Namó de Mello abre a coletânea com **Decálogo em Defesa do Ensino Público**, pondo em relevo a função possível da escola pública numa sociedade de classes forjada sob o signo da hegemonia burguesa.

Da percuciente análise de Roberto Romano em **Ensino Laico ou Religioso?** resulta um acervo de sugestões sobre os postulados lógicos que devem nutrir a discussão entre ensino laico e religioso.

A Igreja, entronizada em seu acendrado poder terreno e celeste foi, a partir da Reforma e do Renascimento, gradativamente alijada da vida prática pelo estado laico, que, baseado no cálculo e na finitude, tornou-se unilateralmente poderoso e tratou de afastar a religião católica do poder cotidiano junto às consciências e instituições políticas.

No desígnio de reverter a tendência de enfraquecimento da Igreja surge a *ostpolitik* católica, depois praticada pelos papas João XXIII e Paulo VI, idealizada para libertar a Sé romana da dependência capitalista.

Tal fato possibilitou a abertura de um canal de comunicação entre o pensamento eclesiástico e os movimentos libertários no Terceiro Mundo, desencadeando uma conexão entre a Igreja e os ideais de democracia e progresso social.

Contudo, revela o autor que "tudo isso não é definitivo", pois a política regida por João Paulo II confere oposição à *ostpolitik* eclesial e à abertura ao mundo consagrada pelo Concílio Vaticano II. Na esteira dessa reorientação da *práxis* oficial católica, o entrosamento católico com governos conservadores é simultâneo aos confrontos com dirigentes progressistas, da mesma forma que é encetada cerrada campanha contra teólogos com tentacular tendência ao diálogo e à percepção democrática do mundo.

**Escola Pública: História e Católicos**, assinado por Moacyr de Góes, busca resgatar, no bojo da discussão entre escola pública e privada, experiências que se constituíram em marcos referenciais da longa trajetória de luta que, desde a monarquia, vem sendo empreendida por educadores em prol da formulação de uma política educacional neste País.

No tópico destinado às escolas confessionais faz, de início, duas ressalvas. A primeira refere-se à postura diferenciada que essas escolas mantêm em relação às demais escolas privadas: enquanto estas visam exclusivamente ao lucro, aquelas agregam aos seus interesses empresariais o culto à sua finalidade de evangelização, ou seja, à multiplicação dos seus quadros de fiéis.

A segunda remete à principal entidade que congrega as escolas católicas — a Associação de Educadores Católicos (AEC) — que, no período compreendido pelo debate em torno da LDB até após a sua sanção, ocupa posição de vanguarda na luta em oposição à escola pública, tornando-se, na opinião do autor, **intelectual orgânico** do pensamento conservador e atrasado.

A AEC dos anos 80, devidamente depurada de seu ímpeto de cruzado a favor da liberdade de ensino apresenta, na voz do seu atual presidente, um discurso voltado para a articulação da escola privada com a escola pública.

Contudo, a leitura da realidade católica, no que diz respeito à sua política educacional, evidencia complexidade e já resvala para o impasse. A rede católica convive hoje com uma antinomia que se traduz pela necessidade de acumulação e de reprodução do capital, tendo em vista a manutenção do patrimônio econômico-financeiro de escolas e mantenedoras, e pela postura assumida pela Igreja a partir das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), refletida na **opção** preferencial pelos pobres e na **educação libertadora**.

Góes registra outra contradição na administração da rede de escolas católicas. Trata-se da convivência com o pluralismo ideológico, que ele analisa sob dois níveis: o interno e o externo.

Internamente, as mudanças sócio-culturais e eclesiais provocadas pelo Concílio Vaticano II, e posteriormente aprofundadas em Medellín e Puebla, não conseguem elidir *in totum* os resquícios da anatematização que permeou, ao longo da história, o processo de formação das gerações religiosas.

No âmbito externo, a questão do pluralismo ideológico é creditada à situação política do Brasil. A Igreja que, nos tempos da ditadura, mercê de sua tendência progressista, configurou-se como o único canal a lutar abertamente contra o *status quo*, através das Comissões de Justiça e Paz e das Comissões Eclesiais de Base, entra agora em rota de colisão com o mesmo pluralismo ideológico que, no passado próximo, enriqueceu seu espaço institucional religioso.

Para o autor, o conflito é tão mais agravado quando o comportamento de excludência eclesial atinge os próprios setores católicos.

Conclui convocando os educadores defensores da escola pública a se articularem politicamente para reforçar o papel da AEC como portadora da idéia em defesa de uma "escola gratuita e forte para todos", assim como a promover alianças com o pensamento católico avançado, no sentido de somar esforços no incessante combate em favor da escola

pública, o que constitui insubstituível preliminar de democracia.

A educação brasileira tornou-se testemunha impotente de uma discussão que tomou corpo nos anos 70 e perdura até hoje: é possível a convivência de formas de educação popular no âmbito das instituições e/ou do Estado? Buscando responder a esta indagação em Educação Popular Versus Escola Pública, Moacyr de Góes discorre sobre a complexidade do problema, procurando resgatar e interpretar um movimento de educação popular ocorrido em Natal, Rio Grande do Norte, de 1961 a 1964, que, operando a síntese da *práxis* e da teoria, logrou razoável êxito no tocante ao atendimento das necessidades e interesses do povo.

Fruto do cumprimento de um compromisso assumido na campanha eleitoral de 1960, De Pé no Chão teve sua execução a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que ocupou todas as áreas físicas cedidas gratuitamente e construiu os acampamentos escolares (grandes galpões de palha de coqueiro). Os recursos humanos foram qualificados pela própria campanha e um Centro de Formação de Professores funcionava em curto, médio e longo prazos, a um custo-aluno, da alfabetização à 3ª série primária, de cerca de dois dólares.

Em 1963, o movimento ampliou consideravelmente seu contexto expansionista, tanto no que se refere à matrícula de alunos (17 mil, sendo 3 a 4 mil adultos) como à ênfase dada à educação para o trabalho e materializada na iniciativa De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, responsável pela criação de 25 cursos de iniciação profissional. O intercâmbio com o Movimento de Cultura Popular, que resultou nas Praças de Cultura, programadas para oferecer atividades tais como lazer infantil, esporte, informação, difusão do livro, do filme, da música e até o debate de conscientização política, constituiu-se em mais um instrumento de viabilização dessa política de educação popular.

Para o autor. De Pé no Chão tem a nutri-lo duas vertentes: a de implantação da escola pública, forjada num movimento prático e teórico, e a de educação popular, circunscrita, no início, à clientela-alvo de sua proposta e extrapolada, depois, às classes populares, colocando-se a serviço da sua organização.

Dessa forma. De Pé no Chão representa não só a resposta do poder público municipal à reivindicação política de alfabetização e escola para todos oriunda de um movimento popular, mas, principalmente, a reafirmação dos anseios das lideranças brasileiras pela escola pública e pela laicidade do ensino no Brasil.

Carlos Roberto Jamil Cury e Maria Alice L. G. Nogueira, autores de O Atual Discurso dos Protagonistas das Redes de Ensino, buscam situar, num determinado recorte temporal, a política educacional brasileira face ao antigo confronto entre escola pública e escola particular, enfatizando especialmente o atual discurso dos protagonistas do ensino privado.

O confronto que polariza proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino *versus* associações de professores, intelectuais e trabalhadores defensores do ensino público toma hoje rumos diversos, de vez que a aliança que conjugou privatistas leigos e católicos na defesa da escola privada nas décadas de 50 e 60 não conta mais com a supremacia do grupo católico no movimento.

Definidos os protagonistas, buscam os autores explicitar, inicialmente, o elenco de argumentos favoráveis ao ensino particular, extraídos preferencialmente de fontes jornalísticas. Parte deles dirige-se ao Estado e põe em relevo a defesa do patrimônio social, pois, não obstante a prestação de incalculáveis serviços à causa da educação brasileira, a escola particular vê-se hoje posta em xeque pela crise econômica que assola o País.

O patronato alude também ao caráter ordeiro da escola particular, discurso ao qual os autores imputam duplicidade de sentido na medida em que a alegação do ônus pago pela rede particular por seu conformismo implica a exibição ao Estado de suas qualidades políticas pelos viés da subordinação e da obediência.

Quanto ao custo-aluno em geral, outro item constante da agenda de argumentações da classe empresarial é, segundo esta, inferior ao da rede pública. Tal afirmação torna-se inconsistente devido à inexistência

de dados precisos e ao fato de os indicadores utilizados (extensivos aos outros graus) referirem-se ao ensino superior, onde o custo por aluno é incontestavelmente menor em razão da disparidade qualitativa entre público e privado.

A tese defendida pelos privatistas segundo a qual o aluno da rede particular paga duas vezes por seus estudos, ao Imposto de Renda e à escola, é parcialmente verdadeira, uma vez que a despesa com ensino privado é dedutível do Imposto de Renda. A omissão do poder público e a garantia constitucional e a liberdade de ensino também estão inseridos na ordem de argumentos dirigidos ao Estado. O primeiro diz respeito ao espaço aberto à iniciativa privada pela incapacidade do Estado de cumprir a sua função educacional do ponto de vista quantitativo e qualitativo. O segundo tem sua gênese nos conflitos do passado, quando a liberdade de ensino é apontada como a forma de garantir o pluralismo ideológico e combater o risco do totalitarismo. Tal argumento encontra abrigo no parágrafo 2º do artigo 176 da Constituição Federal.

A opinião pública, a escola particular endereça dois argumentos básicos: a educação como investimento e o padrão de qualidade. No primeiro, acenam com o retorno futuro garantido e a baixos custos, pois, segundo estudos divulgados pelos privatistas, o peso do item educação no orçamento familiar é muito pequeno (2,72%). Os autores, fazendo reparos a este argumento, afirmam que a imprecisão dos dados não recomenda uma tomada de posição tão categórica a respeito dos gastos familiares com educação, haja vista o êxodo dos alunos para a escola pública.

Quanto ao segundo argumento, de que o ensino fornecido pela escola particular distingue-se do ensino oferecido pela rede pública pelo padrão de excelência, apóia-se nas deficiências apresentadas pela escola pública, as quais refletem a negligência do Estado com sua rede.

No passo seguinte, os autores buscam informar o discurso dos defensores da escola pública e gratuita, norteado pela cobrança sistemática ao Estado do seu dever constitucionalmente expresso.

Na defesa do ensino público enquanto ensino estatal, destacam o pensamento do professor Luiz Antônio Cunha, que se caracteriza pelo

prosseguimento renovado da luta pelo ensino público enquanto crítica ao ensino privado subsidiado pelo Estado e defesa do Estado enquanto espaço laico-temporal.

Registram também a proposta do professor Luiz Pereira que faz uma distinção jurídica entre o setor público considerado como estatal e o setor privado considerado como investimento, baseado em dois critérios: o de interesse coletivo e o de acumulação. Sob esse ponto de vista, por ser setor estatal, não significa que seja público e, nesta linha de raciocínio, a defesa do público ganha outra dimensão, qual seja a de que é pública a escola que não visa à acumulação e que oportuniza a circulação compatível com a defesa das classes subalternas.

Cury e Nogueira expõem o argumento do educador e professor Dermeval Saviani, que busca recolocar a questão do ensino público hoje. Assim, cita o que chama de "três equívocos sobre a mesma questão" e indica as alternativas de solução para reverter essas proposições equivocadas. Na tarefa de explicitação do seu argumento, não desloca o popular do estatal enquanto público, apenas sublinha o ponto nuclear de que o ensino público e gratuito para todos está intimamente conectado à democratização do Estado. E esta democratização supõe a participação maciça da classe trabalhadora, organizada em várias modalidades, como sujeito político do movimento social.

Finalizando, os autores conclamam os segmentos identificados com a causa do ensino público e gratuito a rediscutirem sem detença essa questão, redefinindo, no exercício livre e soberano da prática social, a atuação e o próprio sentido do Estado.

Em Qualidade de Ensino: Característica Adstrita às Escolas Particulares? Zaia Brandão aprofunda-se no questionamento da tão propalada superioridade das escolas particulares, fruto, a seu ver, de certos equívocos que permeiam a idéia da qualidade de ensino.

Do reforço verbal inconsciente implícito no qualificativo particular às pesquisas tradicionalmente orientadas para o desempenho escolar agregado em dois níveis - escolas e alunos — sem o estudo da efetiva

contribuição da escola enquanto instância pedagógica, chegou-se à mitificação do padrão de excelência das escolas particulares.

Com a evolução da pesquisa em educação, o rendimento escolar vem sendo investigado com base na caixa preta, termo derivado do ocultamento a que foram submetidos, durante muito tempo, os procedimentos específicos das escolas e suas conseqüências no desempenho escolar dos alunos.

A autora ressalta a resistência geralmente oferecida por grande parcela das escolas particulares à entrada de pesquisadores. E abre algumas dimensões de interrogação em torno da questão ao visualizar nessa resistência a necessidade de preservar a empresa particular de uma avaliação crítica ou ainda a forma de assegurar a reserva de mercado, ameaçada na sua concorrência se desvendado o desequilíbrio custo-benefício.

Afirma, com base nas pesquisas de campo que vem desenvolvendo, que tanto a escola pública como a particular podem contribuir efetivamente para a aprendizagem escolar, desde que afastada a pretensão da escola de ser agência de educação integral e consolidada a prática educativa específica desta instituição: ensinar bem tudo o que caracteriza o conhecimento dominante, ou seja, a cultura como resultado da produção social estendida a toda a população.

Exorta, por fim, os profissionais do ensino a comprometerem-se com a tarefa de melhorar a qualidade do ensino através da conscientização de "que também precisam ser educados" para avançarem na tentativa de recuperação da perspectiva histórica de nossa escola.

Robespierre Martins Teixeira, na qualidade de dirigente sindical com larga participação no movimento político dos professores, traz à discussão com Escola Privada: Um Espaço Democrático? o modo como a escola é percebida fora do discurso das intenções e pela ótica das relações objetivas.

A partir da consideração da escola como um importante espaço no qual se processa, de forma objetiva, a contradição entre a reprodução e a

modificação das relações existentes na sociedade, propõe que o desenvolvimento dessa contradição esteja devidamente vinculado às relações em curso na sociedade.

Nesta perspectiva, a escola formal deve ser encarada em sua existência multifacetada: a escola privada laica, a escola confessional e a escola pública. A primeira se enquadra nos padrões que definem uma empresa capitalista, o que reduz o seu poder de influência no tocante às mudanças sociais. A segunda também vê limitada a sua ação pelas razões de Estado estabelecidas pela Igreja e passa a refletir as suas contradições internas ao mesmo tempo em que é condicionada pelas relações entre a Igreja e a sociedade. A última face, a escola pública, constitui-se no espaço mais sensível às pressões de natureza social.

Sobre ela é que deve debruçar-se a sociedade, democraticamente organizada, erigindo projetos estratégicos e cobrando caminhos.

Quatro textos de Luiz Antonio Cunha encerram a coletânea. O primeiro trata dos Limites da Escola Particular na Democratização do Ensino e se propõe a combater os argumentos dirigidos em defesa da escola particular como um instrumento de democratização do ensino.

A questão tão apregoada pelos privatistas do custo mais elevado do ensino público quando comparado ao ensino particular não resiste a uma análise mais aprofundada, em que pese a carência de estudos sobre o tema.

Com relação à liberdade de ensino, argumento recorrente nos debates em torno da democratização das oportunidades escolares no Brasil, do modo como é defendida pelas escolas particulares torna-se "elitista e discriminatória", pois implica o recebimento de subsídios do governo para sua manutenção e expansão. O autor apóia e defende a liberdade de as entidades educacionais e pais optarem pelo tipo de ensino compatível com suas expectativas, desde que às suas exclusivas expensas.

A duplicação de contribuição para o ensino a que estariam sujeitos os alunos das escolas particulares também merece reparos do autor, uma

vez que o abatimento das anuidades no Imposto de Renda beneficia não-somente aquelas famílias de renda elevada. Isto posto, conclui que as famílias de renda mais baixas, forçadas a matricularem seus filhos em escolas particulares, estariam pagando a escola dos ricos, caso se concretizasse a proposta dos privatistas de oferecer ensino gratuito para os pobres e para os ricos através do subsídio governamental às escolas particulares.

Neste texto, Cunha reafirma sua posição de ardoroso defensor da cristalização da idéia de que só a escola pública, gratuita em todos os graus e de boa qualidade, permitirá a democratização do saber. Para tal, torna-se imperiosa a destinação dos recursos públicos exclusivamente às escolas públicas.

Em **O Lugar da Escola Superior Particular: Contribuição para o Debate**, faz uma breve aproximação histórica dos momentos nos quais o debate sobre a liberdade de ensino assumiu diferentes conotações.

Com a retomada do debate, na década de 80, a questão bipolarizou-se entre os defensores da escola pública de boa qualidade e destinatária preferencial dos recursos públicos e os dirigentes das universidades e estabelecimentos isolados particulares, premidos concomitantemente pela elevação dos salários dos professores e funcionários e pelo crescimento menos que proporcional das anuidades pagas pelos estudantes.

Todavia, o autor dá precedência, neste texto, à discussão das principais mudanças no campo educacional relacionadas diretamente ao tema em questão, destacando, de início, o nítido impulso que teve o ensino oficial, principalmente o ginásio e o colégio, por ocasião da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), não obstante a Lei ter sido resultado da vitória da corrente privatista.

Por outro lado, o crescimento do ensino público no 1º e 2º graus provocou a redução das escolas particulares que, atraídas pelo menor controle estatal e pela demanda reprimida existentes no ensino superior, transferiram-se para este grau de ensino em busca de resultados financeiros que compensassem a deterioração dos capitais investidos em escolas particulares de 2º grau, gerada, desde os anos 50, pelos movimentos da classe média contra a inflação.

Outro processo de deterioração em marcha, agora relativo à qualidade do ensino, remonta à época da promulgação da LDB e atinge a escola pública de 1º e 2º graus. Na opinião do autor, isto se deve, fundamentalmente, ao modo pelo qual foi efetivada a descentralização do aparelho escolar, e, complementarmente, à atuação da direção privatista dos sistemas estaduais, através do uso inadequado dos recursos, dos salários irrisórios dos professores, do autoritarismo administrativo. Situação análoga ocorre no ensino superior, embora com menor intensidade.

Registra também as mudanças ocorridas na organização da sociedade civil, especialmente após a década de 60, que definiram, em última instância, o papel da escola superior particular. Cunha a define como "uma escola supletiva à escola pública que vive do fracasso **desta**". Sua existência está condicionada à insuficiência quantitativa e qualitativa da escola superior pública, ressalvado o empenho de algumas instituições de ensino superior particulares em compensar a insuficiência qualitativa das universidades públicas.

Partidário da existência da escola superior particular ideológica, acredita que ela deve passar, necessariamente, pela defesa da escola pública. Havendo ensino público de boa qualidade e suficiente **para atender a** toda a demanda, a escola particular sobreviverá se oferecer "algo diferente" e se for beneficiada pela "desoficialização" do ensino superior, ou seja, pelo abrandamento dos padrões impostos pelo Conselho Federal de Educação às escolas particulares.

O texto **Verbas Públicas para Universidades Públicas** relata, a princípio, a vertiginosa expansão do setor privado de ensino, nos primeiros dez anos que se sucederam à implantação da ditadura militar, em 1964. Enquanto as escolas públicas eram atingidas pela retração do seu crescimento e pela redução do seu campo de atuação, as escolas particulares ganhavam vulto pela velocidade de acumulação de capital.

Superada a fase falaciosa do **milagre brasileiro**, mas não seus desdobramentos danosos à constância da crise que aflige a sociedade, surge a organização do campo educacional — um elenco de entidades compostas de docentes de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares — ai-

çado ao apogeu com a realização da 1ª Conferência Brasileira de Educação, em 1980.

Desponta, assim, a defesa do ensino público e gratuito, que respaldada pelas conquistas democráticas do povo brasileiro torna-se um fator de convergência das diversas categorias educacionais na luta compartilhada pela maioria da população brasileira.

Em contrapartida, os empresários do ensino rearticulam suas alianças e apontam sua artilharia para três alvos. O primeiro é o Estado, que sofre pressão direta em todos os níveis da administração; o segundo alvo desenvolve a campanha pela privatização da universidade pública; e o terceiro cuida de veicular as mazelas do ensino público, em todos os graus, assim como estabelecer correlação entre o apoio estatal ao ensino privado e a consolidação da democracia.

No desenrolar dessa luta político-ideológica, Cunha reafirma sua concepção de que "o ensino público só pode ser estatal", bem como sua posição em defesa da universidade pública como única destinatária das verbas públicas.

O último texto, intitulado Ensino Superior: a Gratuidade Necessária, trata de uma questão latente no bojo das instituições públicas de nível superior; a gratuidade do ensino.

A campanha pela cobrança do ensino superior a "preços de mercado", gerada nas décadas de 40 e 50, intensifica-se hoje por força da pressão exercida por quatro frentes: a) empresários do ensino buscando

eliminar as vantagens comparativas do setor público de tal maneira que o fluxo dos estudantes de maior poder aquisitivo seja canalizado para as faculdades particulares; b) setores empresariais interessados em reduzir até à extinção a participação do Estado na economia visando ao fim do monopólio estatal de produção de certos bens; c) setores da tecnoburocracia governamental que reivindicam o pagamento do ensino superior público com a finalidade de alocar esses recursos para uso mais produtivos, e d) grupos religiosos, das correntes mais conservadoras, preocupados em continuar usufruindo do apoio governamental para que seus estabelecimentos de ensino não sofram solução de continuidade na operação de influência ideológica a que se propõem.

Manifestando seu repúdio à campanha deflagrada pelos privatistas e, por extensão, aos argumentos recorrentes de que lançam mão na tentativa de verem concretizadas as suas aspirações, Cunha cuida de contra-argumentar, com a tenacidade que lhe é peculiar, cada um deles, sublinhando a arbitrariedade contida no ato de cobrança ao estudante do ensino ministrado por uma instituição de grau superior.

Por isso, seu juízo é de que as universidades públicas devem ser mantidas pelo Estado e as instituições particulares devem ter mantenedoras, pois caso contrário, os cursos se transformarão em agentes multiplicadores do capital dessas instituições, e não haverá espaço para o setor privado de ensino superior na construção de uma educação universitária democrática em nosso País.

Maria Thereza Leandro Nogueira